

"Saída de recursos está intolerável"

Abaixo, os principais trechos do discurso proferido por Mailson da Nóbrega aos membros da comunidade financeira internacional.

"E com satisfação que me encontro novamente com membros da comunidade financeira internacional para discutir a situação atual da economia brasileira e suas perspectivas para o futuro. Abordarei com os senhores os acontecimentos ocorridos desde o último encontro anual dos governadores do BID em Caracas no ano passado.

"Quando tomei posse como ministro da Fazenda em janeiro de 1988, estava convencido de que o combate à inflação e a normalização das relações com a comunidade financeira internacional deveriam ser os pontos centrais de nossa estratégia com objetivo de restabelecer as condições para a recuperação do crescimento econômico em bases sustentadas.

"A política econômica implementada em 1988 estava baseada nessas prioridades. Reconheceu-se desde o início que a redução do déficit público era o elemento chave para a implementação de políticas de estabilização. Além disso, tinha

se tornado claro que um conjunto de reformas estruturais nos setores financeiros e fiscal, incluindo medidas de liberalização do comércio exterior, seriam necessárias para promover uma indispensável modernização ao setor produtivo.

"Para colocar o déficit do setor público sob controle, uma série de medidas de ajustamento foram tomadas. Citarei algumas delas, tais como:

- unificação do orçamento fiscal;
- cortes nas despesas do Governo Federal (incluindo um congelamento dos salários do funcionalismo por dois meses);
- imposição de tetos para o endividamento de Estados, Municípios e empresas públicas;
- redução ou eliminação da maioria dos subsídios e dos incentivos fiscais;

— ajustamento dos preços das principais empresas do Governo, incluindo os setores de telecomunicações, aço, eletricidade e petróleo.

"Os depósitos voluntários no Banco Central do setor exportador e do sistema de poupança e empréstimo, que dificultavam o controle da oferta monetária, foram eliminados.

"Em meados de 1988, o Governo iniciou a implementação de uma nova política industrial

juntamente com medidas de liberalização do comércio exterior, com o objetivo de aumentar a eficiência da economia brasileira através da competição e competitividade externas.

"A reforma do comércio implica reduções significativas nas tarifas de importação. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que aumentava o custo das importações em até 25 por cento de seu valor, foi completamente eliminado.

"Foi efetuado um esforço adicional para reduzir as barreiras administrativas ao comércio, com grande simplificação de regulamentos e normas. Outras medidas importantes de liberalização do comércio foram adotadas:

- a diminuição de controles prévios à importação;
- a redução pela metade da lista de produtos com guias de importação suspensas;
- a automaticidade de emissão de guias após a aprovação de programas de importação de bens de capital;
- a liberalização do comércio exterior dos principais produtos agrícolas.

"(...) Na área fiscal, mudanças no Imposto de Renda da pessoa física, foram introduzidas a partir de janeiro deste ano. Elas reduziram substancialmente a alíquota máxima, que passou de 45 para 25 por cento e o número de intervalos de renda. Novas mudanças serão introduzidas para simplificar o Imposto das empresas.

"Paralelamente ao ajuste interno, o Governo brasileiro normalizou suas relações com a comunidade financeira internacional. O acordo firmado com os bancos em 22 de setembro foi precedido do acordo com o Clube de Paris e da aprovação do programa brasileiro pelo FMI em julho passado. O Brasil está em dia com o pagamento de juros desde novembro de 1988.

"Para ser mais preciso, devo mencionar que alguns atrasos de empréstimos que têm garantia do Governo Federal acumularam-se recentemente. Isso decorria do fato de o Tesouro não ter base legal para autorizar alguns pagamentos. Sejam internos ou externos, uma vez que uma parte do Orçamento não tinha ainda sido aprovada pelo Congresso. Como o Con-

gresso aprovou, na última quinta-feira, um crédito especial para essas despesas, os pagamentos serão feitos nos próximos dias.

"De março a dezembro ocorreram dez leilões de conversão de dívida em investimentos, que resultaram num total líquido de 1,46 bilhão de dólares, representando uma redução total da dívida de 1,95 bilhão de dólares (...)

"(...) Quais foram os resultados desse programa de ajustamento? Eu gostaria de mencionar os dois mais importantes.

"O déficit público, previsto no início do ano em cerca de 8 por cento do PIB, foi contido em 4 por cento em decorrência das medidas de ajuste interno adotadas. Na área externa, a balança comercial atingiu novos recordes, as exportações alcançaram 33,8 bilhões de dólares e o superávit chegou a 19,1 bilhões de dólares.

"Os ajustes realizados na economia brasileira em 1988 estabeleceram as condições necessárias para um adicional e drástico passo objetivando uma substancial redução da inflação. O novo programa de ajustamento, chamado Plano Verão, atacou simultaneamente as três principais fontes de pressões inflacionárias: o déficit público, a inércia causada pela indexação plena da economia e as expectativas dos agentes econômicos.

"Em termos de política fiscal, o Plano inclui cortes adicionais nas despesas públicas. Além disso, um novo dispositivo aprovado pelo Congresso limita a emissão de novos títulos do Governo somente para a rolagem da dívida pública e para o pagamento de juros. Foi vedada a sua utilização para o financiamento de outros gastos. Dentro desses novos parâmetros, o Governo só pode gastar aquilo que arrecadar.

"A política monetária é baseada em taxas de juros reais elevadas para evitar a especulação com estoques e outros ativos reais, ajudando também a controlar a demanda agregada.

"O programa inclui ainda dois conjuntos de medidas para lidar com a questão da inércia e das expectativas inflacionárias: a) um congelamento geral de preços e serviços; e, b) desindexação da economia através da eliminação do índice oficial (OTN) e da proibição de qualquer tipo de indexação em contratos com período de maturação inferior a 90 dias. Foi também eliminada a indexação compulsória dos salários e uma nova política salarial só será implantada após consultas entre todas as partes envolvidas.

"Os primeiros resultados do programa têm sido muito positivos. A inflação caiu de uma taxa superior a 30 por cento ao mês para 3,6 por cento em fevereiro; espera-se que fique no mesmo patamar em março. Como, de uma maneira geral, o congelamento está sendo obedecido, o Plano conseguiu a credibilidade pública essencial ao seu sucesso.

"Embora a taxa do câmbio esteja inalterada desde a desvalorização de 17 por cento que precedeu o programa, todos os indicadores apontam para uma boa performance na balança comercial. (...)

"(...) Tudo o que foi dito até agora mostra claramente os esforços de ajustamento interno e externo que o Brasil está realizando. Eles estão certamente entre os maiores realizados pelos países endividados. Os custos sociais e econômicos desse processo não podem, contudo, ser subestimados. Além disso, existe um sentimento crescente no Brasil de que nossos sacrifícios não têm sido o adequado apoio de nossos parceiros externos.

"As transferências líquidas de recursos para o exterior, de correntes do serviço da dívida permanecem excessivamente elevadas. Tais transferências representam uma carga intolerável para nossa economia. Isso tem um efeito perverso sobre as

finanças públicas e o nível de investimentos. O resultado é estagnação econômica e exacerbamento dos conflitos distributivos, combustível de pressões inflacionárias.

"Não é necessário enfatizar as implicações sociais e políticas da estagnação econômica em sociedades com rápido crescimento populacional. Uma taxa de crescimento do PIB próxima de 4,5 por cento, é indispensável para absorver os jovens que anualmente chegam ao mercado de trabalho.

"Como consequência vem se instalando no Brasil e em muitos outros países latino-americanos um sentimento crescente de desesperança e de falta de confiança. Tal sentimento pode alimentar a instabilidade política e social, ambiente no qual enfoques radicais e simplistas para os problemas econômicos tornam-se atraentes. No caso da dívida externa, esses enfoques podem ir da confrontação ao seu repúdio.

"Estamos num momento decisivo. Se as necessárias providências forem adotadas a tempo, podemos estar caminhando para uma solução do problema da dívida externa. Se isto não ocorrer, podemos enveredar pelo caminho da deterioração sem precedentes da situação social e política da América Latina. Neste caso, os lamentáveis e dolorosos acontecimentos recentes, que envolveram distúrbios de ruas, podem ser apenas o início de um processo explosivo em todo o nosso continente, de consequências imprevisíveis.

"As novas ideias do secretário do Tesouro americano apresentadas na semana passada representam uma iniciativa bem-vinda e oportuna. Elas compreendem novos conceitos, especialmente no que diz respeito à conciliação entre dinheiro novo e redução da dívida. A recomendação para suspender cláusulas que dificultam a redução da dívida é positiva. É positivo também o propósito de alocar uma parte dos recursos do Banco Mundial e do FMI para operações de redução de dívida, bem como para a garantia de novos instrumentos. Finalmente, as mudanças regulatorias, em especial nas regras fiscais e de contabilidade bancária, merecem apoio (...).

"(...) Vale mencionar, ainda, que o acordo acertado pelo Brasil com os seus credores privados já contemplava algumas dessas sugestões, pois os contratos previam waiver para operações de redução da dívida.

"É hora, portanto, de trabalharmos juntos para transformar em ações concretas essas novas e positivas idéias. As condições para uma solução do problema da dívida estão dadas. O mercado secundário já mostrou o caminho. O mercado tem sido muito criativo para encontrar e desenvolver novos instrumentos que levaram a uma substancial redução da dívida. Uma solução para a crise da dívida pode estar mais próxima do que se possa imaginar. Está em nossas mãos a escolha entre o caminho que leva a uma solução de questão da dívida ou o que conduz uma deterioração da situação econômica, que a ninguém interessa.

"Resumindo, devemos reconhecer que desde a eclosão da crise global da dívida, seis anos atrás, o Brasil fez progressos significativos no ajustamento interno e externo de sua economia. Alguns importantes passos foram dados na direção de objetivos de médio prazo, como a liberalização e desregulamentação da economia, incluindo um novo papel para o Estado.

"Este esforço tem que ser complementado por uma significativa redução do peso da dívida. Tal redução ajudará o País a estabilizar sua economia e a retomar o crescimento em bases sustentadas. Uma economia estável e próspera voltaria a atrair crescentes fluxos de capitais externos. Investimentos estrangeiros, como no passado, têm importante papel a desempenhar no Brasil.

"Não há como negar as dificuldades que o Brasil atravessa, mas tampouco se pode negar o progresso obtido no ajuste interno e externo da economia, o qual demonstra nossa capacidade de superar os desequilíbrios. Acima de tudo não há como desconhecer o enorme potencial da economia brasileira. Nossa tarefa é transformar esse potencial em realidade. E um trabalho que deve ser feito fundamentalmente pelos próprios brasileiros, mas sua realização requer, também, o apoio de nossos parceiros externos (...).

"(...) Reitero hoje o convite que fiz em Caracas, um ano atrás, para que os senhores se juntem a nós nesse esforço".